

Depois de Lessa

O presidente quer crer que começa, finalmente, o grande espetáculo



O presidente Lula está tentando uma manobra arriscada: tenta transformar a demissão de Carlos Lessa da presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social numa grande reforma, que faria deslanchar seu governo. Ao colocar no lugar de Lessa o ministro do Planejamento, deixou vaga uma pasta estratégica e abriu espaço para uma ampla troca de cadeiras. Logo em seguida, reuniu os ministros do PT no governo, a ampla maioria,

para deixar claro que precisa de mais alguns cargos para atender aos aliados. Procura, como se diz, matar dois coelhos com uma só cajadada: ao mesmo tempo em que afasta o mais decidido e falante dos críticos da política econômica ortodoxa de seu governo, aproveita para redistribuir os cargos no seu ministério de forma a consolidar uma grande aliança com os chefes partidários regionais. Com eles, formaria uma frente para disputar, em 2006, as eleições para os governos estaduais e a sua própria eleição – ou reeleição? – para a presidência da República.

Argumento dos liberais Os riscos da operação são grandes. A demissão de Lessa aprofundou as discussões sobre o rumo do governo. Lessa era um dos mais destacados defensores da soberania do país diante do capital financeiro. Seu afastamento ocorreu logo depois que o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em exposição feita a pedido do presidente e na sua presença, defendeu a argumentação dos que estão pleiteando que recursos públicos como os do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que é gerido pelo BNDES, sejam liberados dessa vinculação, para que se possa reduzir os juros no país. Esse é exatamente o argumento dos liberais mais extremados – os que consideram que manter a linha seguida por Fernando Henrique Cardoso não basta: é preciso aprofundar a liberação financeira.

A queda de Lessa dividiu ainda mais o PT: a oposição à linha econômica oficial teve 22 entre 56 votos na última reunião do Diretório Nacional do partido. O manifesto de apoio a Lessa teve quase a metade dos 90 deputados do partido. A maioria teve, de alguma forma, de engrossar o coro de críticas para poder aprovar a política que vem sendo seguida: o secretário-geral do partido, Sílvio Pereira, tido como porta-voz do ministro José Dirceu, deu entrevista declarando que é hora de o PT enfrentar o sistema financeiro para tentar reconquistar a classe média que se afas-

tou do partido nos grandes centros urbanos do sudeste, como mostram os resultados das eleições municipais. Numa intervenção de emergência na reunião do Diretório Nacional, o próprio chefe da Casa Civil endossou a tese de que o partido tem o direito de cobrar mudanças, já que o governo está a meio caminho. Um dos grandes aliados de Lula, o governador do Paraná, Roberto Requião, somou-se aos que, dentro de seu partido, o PMDB, acham que é preciso pressionar o governo Lula de fora dele, já que está provado que a linha econômica que ele segue não é um período de transição obrigado pela herança de Fernando Henrique.

Porta-vozes oficiosos atribuem a queda de Lessa ao seu estilo, a querelas ideológicas e a uma suposta ineficiência na direção do banco. Neste ano, o BNDES só conseguirá aplicar R\$ 38,0 bilhões, dos R\$ 47,3 disponíveis. Diz a revista *Veja*: “Lessa, que já sabia que ia perder o cargo, decidiu bancar o mártir desenvolvimentista. Neste jogo de cena, atacou publicamente a política de juros de Henrique Meirelles, presidente do Banco Central. Diante disso, já não havia como não demiti-lo já”. Sem Lessa, com a reforma, o governo Lula conseguiria deslanchar em 2005. Uma das grandes alavancas para isso seria a atuação de Mantega, que conseguiria imprimir mais eficiência ao BNDES, que, para 2005, teria R\$ 60,8 bilhões, só para investir no setor produtivo, cinco vezes mais que “os míngados R\$ 11 bilhões que o governo dispõe para aplicar em obras”, diz a revista *IstoÉ*.

O presidente está decidido a ir nessa direção: reformar o governo, mas manter a mesma política econômico-financeira. Na noite do velório de Celso Furtado, o grande economista brasileiro, não foi ao Rio, onde sua presença chegou a ser anunciada, para se reunir com os senadores do PMDB, nos preparativos da reforma ministerial (Furtado morreu pouco depois de ter escrito um bilhete de apoio a Lessa e de ter recebido do próprio presidente da República a notícia da demissão). Poucos dias mais tarde, deixou de comparecer também ao grande encontro de trabalhadores do campo realizado em Brasília, que reuniu cerca de 9.000 militantes da reforma agrária, para ir a um almoço com os deputados do PMDB, igualmente com o objetivo de preparar a reforma. Ao mesmo tempo, em diversos pronunciamentos, reafirmou decididamente a política econômica em curso. Acredita que o crescimento econômico previsto para este ano, de mais de 4,5%, é o primeiro passo do milagre do desenvolvimento sustentável que tanto esperava.

Deveria lembrar-se, no entanto, de que a economia brasileira vem se arrastando assim há cerca de 20 anos – a períodos de recessão se seguem expansões medíocres, que não se sustentam. E tudo isso porque os sucessivos governos não realizam as grandes transformações políticas como as que ele, só aparentemente, estava disposto a liderar. ■